



A META 10 DO PNE: DA LEI À REALIDADE DO ATENDIMENTO DE EJA NA REGIÃO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL

Vanessa Juliana da Silva¹

Sandra Fernandes Leite²

Resumo

O presente trabalho consiste em um relato sobre algumas experiências e reflexões obtidas no acompanhamento dos estudos de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – PNE a partir da participação na pesquisa: “Mapeamento das Metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 na Região dos Cerrados do Centro-Norte do Brasil: um estudo quantitativo e qualitativo” (LEITE, 2020) possibilitada pelo vínculo da pesquisa à um projeto de Bolsa de Auxílio Social – BAS da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Tal exercício partiu da leitura e interpretação de dados legislativos, sobretudo o conteúdo da 10ª meta do PNE: “Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos (EJA), nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (BRASIL, 2014) com relação à análise dos dados primários e secundários da pesquisa supracitada sobre a oferta e demanda de vagas na modalidade estudada, construção teórico metodológica a partir do estudo de bibliografia correlata ao tema e da compreensão da formação socioespacial do lugar (SANTOS, 1979), as dinâmicas, dilemas, perspectivas e potencialidades com relação às políticas de ensino em EJA na região do MATOPIBA (Cerrados do Cerrados do Centro-Norte do Brasil).

Palavras Chave: Plano Nacional de Educação (PNE); Educação de Jovens e Adultos (EJA); Cerrados do Centro-Norte do Brasil (MATOPIBA).

Introdução

A compreensão de determinado lugar parte do estudo minucioso de sua formação socioespacial (SANTOS, 1979), ou seja, da sua materialidade, formas, características espaciais, mas também da dimensão social, ou seja, dos sujeitos que ali habitam, as dinâmicas e relações que estabelecem, bem como a dimensão política que norteia a organização espacial, ou melhor, a gestão do território. Nesse sentido, urge necessidade de compreender essas dimensões do espaço estudado, a totalidade do lugar (SANTOS, 1977, p. 31 - 42), para poder analisar especificamente os dados quantitativos da pesquisa em detrimento do almejado pelo Estado e tem como ponto de partida alguns elementos da dimensão política, para depois contextualizar espacialmente os cerrados do centro-norte brasileiro, realizar uma análise conjunta de parte da base de dados proveniente do banco de dados da pesquisa maior, denominada “Mapeamento das Metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 na Região dos Cerrados do Centro-Norte do Brasil: um estudo quantitativo e qualitativo que continha microdados do censo educacional do INEP do período de 2014 a 2018” (LEITE, 2020) e, por fim, apresentar algumas considerações acerca das inferências, caminhos e possibilidades de abordagem do tema.

¹ Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: v187791@dac.unicamp.br

² Professora Doutora da Faculdade de Educação da Unicamp. E-mail: sfleite@unicamp.br

Metodologia

A sistematização metodológica partiu da análise “mista” baseada no desenho metodológico que SOUZA e KERBAUY (2017, p. 38-39) definiram como: embutido “no qual um conjunto de dados (quantitativos) apoiam os outros dados (qualitativos) ou vice-versa, ambos também obtidos simultaneamente” para compreender qualitativamente do que se tratava a pesquisa exibida e como quantitativamente a situação se apresentava nos dados fornecidos pelas tabelas.

Do PNE ao contexto regional dos Cerrados do Centro-Norte brasileiro

A princípio o alcance da meta 10 do Plano Nacional de Educação - PNE: “Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos (EJA), nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (BRASIL, 2014) pode parecer um avanço nas políticas educacionais, já que se dedica especificamente a EJA, modalidade de ensino historicamente renegada, entretanto a suma existência de tal meta é um alerta sobre o não cumprimento do direito constitucional previsto no artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Ou seja, três décadas após a defesa da educação para todos, infelizmente esta permanece no campo das ideias e acaba por ser uma medida reparatória ao um processo excludente que extirpa o direito constitucional ao ensino de sujeitos socialmente marginalizados. Políticas educacionais e permanência amparam e trazem uma série de direitos aos estudantes Brasileiros, Vieira (2007) realiza uma exposição conceitual acerca das Política(s) e gestão da Educação Básica e alerta sobre a tendência de descentralização das políticas de gestão e as influências deste movimento em relação ao alcance das metas no campo escolar, esse estudo foi utilizado como base para compreensão do panorama e dos dados de monitoramento da meta 10 PNE entre 2014-2024 na Região dos Cerrados do Centro-Norte do Brasil.

Caracterização socioespacial da região dos Cerrados do Centro-norte do Brasil

Quando nos referimos a região dos cerrados do centro-norte brasileiro falamos da área de delimitada no Decreto nº 8447/2015, que tem o bioma do Cerrado (configuração edafoclimática), o segundo maior bioma da América do Sul (BRASIL, 2020), como elemento fundamental a sua composição. Comumente chamada de MATOPIBA, em referência às iniciais dos estados permeados por sua extensão (Figura 1) – Maranhão, Tocantins (maior porção), Piauí e Bahia – nessa extensão existem 337 municípios situados em meio a “última fronteira agrícola nacional” local de intensa disputa territorial devido ao avanço do agronegócio tecnificado.

O avanço do desenvolvimento é sinônimo de oportunidade de grandes lucros para uns, entretanto para outros é símbolo de expulsão, de uma série de violências simbólicas, segundo Bolfe et. al. (2018, p. 60) 22% da extensão do MATOPIBA é território de sujeitos historicamente socialmente marginalizados (com o exemplo de indígenas, quilombolas, populações tradicionais), povos que seguem resistindo à

alienação de suas ferramentas de trabalho – a lida com a terra em pequenas propriedades – passando a trabalhar como trabalhadores sazonais nas grandes fazendas de monocultoras para conseguir seu sustento e de seus familiares, ou seja passam longos períodos longe de suas moradas, logo distantes do ambiente escolar, o impacta diretamente na formação e nível de escolaridade dessa população, já que o estudo em escolas regulares de ensino prevê a frequência diária dos alunos e, somada a necessidade de encontrar meios para subsistir, muitos acabam por evadir a escola, daí a grande demanda por EJA na região.

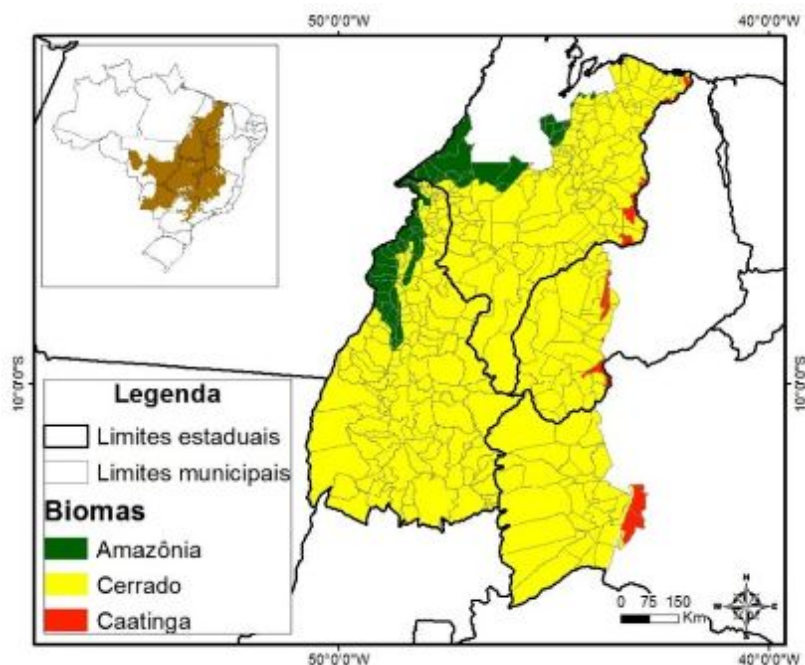


Figura 1 – Mapa da delimitação territorial do MATOPIBA e seus principais biomas.
Fonte: Buainain, Garcia e Vieira Filho (2018).

Análise dos dados de escolaridade e o cumprimento da meta 10 do PNE

A partir da exposição acima é possível compreender um pouco de como o contexto local impacta nos números coletados pelos pesquisadores da equipe. Para avançar nessa inferência os bolsistas receberam um conjunto de tabelas que continham dados de matrículas e demanda por ensino no MATOPIBA, um dos grupos ficou encarregado de analisar dados de EJA na região a partir do previsto na meta 10 do PNE, também contaram com uma base bibliográfica complementar para guiar seu estudo e discussão sobre os dados disponibilizados (LEITE, 2020).

Conforme já mencionado, o conjunto de microdados do censo educacional do INEP do período de 2014 a 2018 provinha do banco de dados da pesquisa maior, denominada “Mapeamento das Metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 na Região dos Cerrados do Centro-Norte do Brasil: um estudo quantitativo e qualitativo” (LEITE, 2020). Em linhas gerais essas informações permitem compreender o panorama de estabelecimentos que ofertam educação para jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional na região estudada, também permitem compreender indiretamente a capacidade de

oferta de vagas (combinando as matrículas a quantidade de estabelecimentos). Ainda nesse quesito é possível analisar a evolução desta relação ao longo de oito anos (não do período todo do PNE), por estado, ou na região como um todo. Entretanto, como os dados foram disponibilizados numericamente e não foi possível avançar na mensuração deste dados absolutos em relativos (percentuais, ou proporcionais, por exemplo), não foi possível calcular a taxa de crescimento de matrículas entre cada biênio, ou a relação percentual representativa de ofertas/matrículas na modalidade público ou privada, o que seria interessante para análise do panorama ali apresentado.

A análise de dados de matrículas do EJA por estado demonstrou que no Maranhão apenas as matrículas da EJA urbana diminuiu ao longo dos anos, no Tocantins apenas as matrículas da EJA Rural apresentaram crescimento, um dado alarmante para o alcance da meta neste estado, mas também aponta que a modalidade rural talvez seja um caminho para melhor atender as demandas dos alunos, logo buscar o alcance da meta. O Estado do Piauí foi o único que apresentou crescimento de matrículas de EJA em todas as modalidades ofertadas, o contrário do cenário Baiano, que demonstrou queda ao fim da escala temporal.

Os dados de amostragem são ainda mais alarmantes em relação ao número de estabelecimentos voltados para a EJA, no geral houve uma diminuição do número de estabelecimentos, o mais significativo é queda de 54,76% estabelecimentos da EJA em áreas rurais ao longo de 8 anos, o que vai em desacordo com a estratégia 10.8 para alcance da meta 10:

Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade (BRASIL, 2014).

Contudo os dados das tabelas de “matrículas e estabelecimentos gerais da EJA” não permitem delinear a curva evolutiva das matrículas na modalidade integrada à educação profissional, o que impede a análise efetiva o status do cumprimento da meta. Esse dado inexistente inclusive na plataforma “PNE em movimento”³[1], o que vai em desconformidade a clareza de informações sobre o este indicador na última década e prejudica a análise científica das informações e os estudos que poderiam ser desenvolvidos em prol do alcance das metas do PNE.

Todo esse conjunto de informações foi amplamente discutido junto à equipe de pesquisadoras que realizou o campo e guiou a atividade com os estudantes e bolsistas, refletiu-se o quanto os estados da região de estudo encontram-se distantes da meta estipulada, em geral

³ A página PNE em Movimento foi lançada eletronicamente em 2015 com o intuito de unir e disseminar estudos relativos ao cumprimento das metas e estratégias do PNE, sejam produzidos pelo Instituto Nacional de Educação – INEP, mas também por outras instituições (públicas e privadas) e pesquisadores independentes. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>.

estão registrados valores muito aquém da meta de 25% ao fim da década deste PNE (ano de 2024). O estado do Maranhão apresentava no período amostragem apenas 2,6% de matrículas na modalidade observada, Tocantins 3,7%, Bahia 4,0% e Piauí 9,2%. O Brasil em geral, possui 2,8% de matrículas em EJA profissionalizante, logo não se trata de um déficit regional, daí a importância do estudo da dinâmica socioespacial da região (e da nação) para o entendimento da conjuntura educacional, e conjecturar sobre os motivos para tal ineficiência, para a falha institucional em termos de gestão, sobretudo, sobre a falha com os estudantes, os efetivamente afetados, pessoas que seguem sem a garantia do atendimento de algo que lhes é direito por lei.

Referências bibliográficas

BOLFE, É. L. et al. Matopiba em crescimento agrícola Aspectos territoriais e socioeconômicos. **Revista de Política Agrícola**, v. 25, n. 4, p. 38-62, 2016 25, Abr. 2017. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1202>. Acesso em 10/10/2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 10/10/2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O Bioma Cerrado.** 2020. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>. Acesso em 10/10/2020.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. A economia agropecuária do Matopiba: Agricultural economy of Matopiba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 2, p. 376-401, 2018. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-2_06_Matopiba/ESA26-2_06_PDF. Acesso em 10/10/2020.

LEITE, S. F. **Mapeamento das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 na região dos cerrados do centro-norte do Brasil: um estudo quantitativo e qualitativo.** 2020. <https://sites.google.com/view/cerradoscentronortebrasil/>. Acesso em 01/10/2020.

MEC. PNE em Movimento. 2020. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em 10/10/2020.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço:** A formação social como teoria e como método. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 9-27.

SANTOS, M. A totalidade do diabo. Como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: Santos, M. **Economia espacial. Críticas e alternativas.** São Paulo: Hucitec, 1977. p. 31 – 42.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v. 31, n. 61, p. 21-44, 27 abr. 2017.

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação:** Periódico Científico editado pela Anpae, Natal, v. 23, n. 1, p.53-69, mar. 2007. Trimestral.